

Anteprojeto de lei (unificado). Complementa as leis de reforma do Código de Processo Civil, e dá outras providências

Art. 1º. Os artigos adiante mencionados, da Lei nº 5.869, de 11/1/1973, que institui o Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173. Durante as férias forenses e nos dias feriados não se praticarão atos processuais, exceto a citação e os atos necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento.

Parágrafo único. (...)"

"Art. 174. Processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas os processos em que se pedem alimentos e os procedimentos de nomeação e remoção de tutores e curadores, bem como as demais causas que a lei federal determinar."

"Art. 175. São feriados, para efeitos forenses, os sábados, os domingos e os dias declarados por lei."

"Art. 178. O prazo contado em dias, estabelecido pela lei ou pelo juiz, suspender-se-á nos dias feriados e naqueles em que não houver expediente forense."

Parágrafo único. Os prazos contados em meses ou em anos são contínuos.

"Art. 179. A superveniência de férias forenses interromperá o curso do prazo, que recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao término das férias."

"Art. 253. Distribuir-se-ão por depen-

dência os feitos de qualquer natureza:

a) quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outro já ajuizado;

b) quando se tratar de ações repetitivas que versem idêntica questão de direito, ainda que diversas as partes;

c) quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.

Parágrafo único. (...) "

"Art. 267. (...) "

§ 1º. O juiz, de ofício ou a requerimento, decretará, nos casos dos incisos II e III, a extinção do processo se a parte, após intimada pessoalmente ou, não sendo encontrada, intimada na pessoa de seu advogado ou por edital, não tomar providências no prazo que lhe for assinado. Do edital constarão os nomes das partes e dos respectivos advogados.

§ 2º. (...) "

§ 3º. (...) "

§ 4º. (...) "

"Art. 273. (...) "

§ 1º. (...) "

§ 2º. Não se concederá a antecipação quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório, salvo, excepcionalmente, se a negativa de antecipação acarretar à parte dano maior e

irreversível.

§ 3º. A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber, as normas previstas nos artigos 588 e 461, § 4º e § 5º.

§ 4º. (...)

§ 5º. (...)"

"Art. 275. (...)

I – nas causas, cujo valor não exceda quarenta (40) vezes o valor do salário mínimo;
II – (...)

Parágrafo único. (...)"

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis os embargos infringentes, a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro."

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, a tolerar alguma atividade, ou a prestar fato, poderá constar da petição inicial a cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, 644 e 645)"

"Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar de conciliação e saneamento, a realizar-se no prazo de trinta dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.

§ 1º. (...)

§ 2º. (...)

§ 3º. Se o direito em litígio não admitir a transação, o juiz proferirá desde logo decisão de saneamento, nos termos do parágrafo anterior."

"Art. 430. As partes terão ciência da data e local designados pelo juiz ou pelo perito para ter início a produção da prova."

"Art. 431. Tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear, e as partes poderão indicar mais de

um perito ou assistente técnico."

"Art. 433. (...)

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de dez dias, após científicas das partes da apresentação do laudo."

"Art. 459. (...)

§ 1º. Quando o autor houver formulado pedido líquido, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.

§ 2º. Formulado pedido líquido e ocorrendo juízo de verossimilhança quanto à existência do crédito, mas ainda não comprovado seu exato valor, o juiz poderá deferir ao autor equânime antecipação dos efeitos da tutela e determinará diligências a fim de apurar o quanto devido.

§ 3º. No caso do parágrafo anterior, se o resultado das diligências não for conclusivo, o juiz proferirá a sentença de mérito, determinando, se for caso, a liquidação nos termos dos artigos 606 a 611."

"Art. 475. (...)

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, as autarquias e as fundações de direito público;

II – que julgar procedentes, em matéria de mérito, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI);

§ 1º. Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, poderá o presidente do tribunal avocá-los.

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor não excedente ao de quarenta (40) salários mínimos, bem como nos casos de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

§ 3º. Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em súmula ou jurisprudência firme do Tribunal de destino ou de Tribunal Superior."

"Art. 489. A propositura de ação rescisória não suspende a execução da sentença

rescindenda.

Parágrafo único. Caracterizada com evidência a plausibilidade jurídica da pretensão, poderá excepcionalmente o relator conceder, sob referendo do tribunal, medida cautelar ou antecipação dos efeitos da tutela, a fim de evitar dano grave e irreparável."

"Art. 497. Os recursos previstos no artigo anterior não impedem a execução da sentença (arts. 587 e 588), salvo expressa disposição em contrário."

"Art. 520. A apelação terá somente efeito devolutivo, ressalvadas as causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas e as sujeitas ao duplo grau de jurisdição (art. 475).

Parágrafo único. Sendo relevante a fundamentação e concorrendo a probabilidade de resultar lesão grave e de difícil reparação, o juiz, a requerimento do apelante e ouvido o apelado (art. 518), poderá atribuir ao recurso, total ou parcialmente, também o efeito suspensivo."

"Art. 523. (...)

§ 1º. (...)

§ 2º. Interposto o agravo, o juiz, após vista à parte contrária no prazo de dez (10) dias, poderá reformar sua decisão.

§ 3º. (...)

§ 4º. Será retido o agravo das decisões sobre prova, das proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de inadmissão da apelação ou se lhe for atribuído efeito suspensivo (art. 520, parágrafo único)."

"Art. 526. (...)

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo importa inadmissibilidade do agravo."

"Art. 527. (...)

II – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558) ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; (...)"

"Art. 528. Conclusos os autos o relator pedirá dia para julgamento."

"Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgada procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência."

"Art. 544. (...)

§ 1º. O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

§ 2º. A petição de agravo será dirigida à presidência do tribunal de origem, não dependendo do pagamento de custas e despesas postais. A parte contrária será, de imediato, intimada para, no prazo de dez (10) dias, oferecer resposta, a qual poderá ser instruída com cópias das peças que entender convenientes. Em seguida, subirá o agravo ao tribunal superior, onde será processado na forma regimental.

§ 3º. (...)

§ 4º. (...)"

"Art. 545. (...)

Parágrafo único. Quando o agravo de instrumento for manifestamente incabível ou infundado, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um a dez por cento do valor corrigido da causa, ficando interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor."

"Art. 555. O julgamento de apelação ou de agravo será tomado, na câmara ou turma, pelo voto de três juízes.

Parágrafo único. Ocorrendo questão de direito relevante, que faça conveniente pre-

venir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja transferida a competência recursal para o órgão colegiado que o regimento indicar; reconhecendo o interesse público na asunção de competência, dito órgão colegiado julgará o recurso."

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

§ 1º. O relator poderá dar provimento ao recurso quando a decisão recorrida manifestamente venha a contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

§ 2º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco (5) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso. Não havendo retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 3º. Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa, nos termos do parágrafo único do artigo 545."

"Art. 584. (...)

III – A sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que verse matéria não posta em juízo;

(...)

VI – a sentença arbitral.

Parágrafo único. (...)"

"Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

I – corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga a reparar os danos que o executado venha a sofrer;

II – não permite, sem a prestação de caução, o levantamento de depósito em dinheiro ou a prática de atos que importem alienação do domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado;

III – fica sem efeito sobrevivendo acórdão que modifique ou anule a que foi objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;

IV – eventuais danos serão liquidados no mesmo processo.

§ 1º. No caso do nº III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.

§ 2º. A caução pode ser dispensada nos casos em que o exequente se encontre em estado de grave necessidade causado por ato ilícito, ou sempre que o juiz entenda plenamente justificável a dispensa."

"Art. 600. (...)

IV – não relaciona corretamente os seus bens sujeitos à execução (art. 655, § 1º) ou não indica ao juiz onde se encontram e os respectivos valores."

"Art. 604. (...)

§ 1º. Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo até trinta dias para o cumprimento da diligência. Se os elementos do cálculo não forem apresentados no prazo assinado, ou no de eventual prorrogação, aplica-se o disposto no art. 601.

§ 2º. Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda, ou quando o devedor for a Fazenda Pública e, ainda, nos casos de assistência judiciária gratuita. O cálculo do contador equivalerá, então, à memória referida no **caput**, reservada ao exequente a faculdade de optar pela liquidação por arbitramento."

"Art. 659. (...)

§ 4º. A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de

conhecimento por terceiros, o respectivo registro no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.”

“Art. 814. (...)”

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.”

Art. 2º. A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11/01/1973, passa a denominar-se “Da audiência preliminar de conciliação e saneamento”.

Art. 3º. O artigo 34 da Lei nº 6.830, de 22/09/80, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. Das sentenças proferidas em execuções de valor não excedente a quarenta (40) salários mínimos admitir-se-ão embargos infringentes e embargos de declaração.

§ 1º. (...)”

Art. 4º. O artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26/09/1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. O Juizado Especial Civil tem competência, por opção do autor, para o processo, a conciliação e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – (...)”

II – as ações de despejo para uso próprio;

III – as ações possessórias sobre bens de valor não excedente ao fixado no inciso I;

IV – as ações individuais referentes a relações de consumo, de valor não excedente ao fixado no inciso I.

§ 1º. (...)”

Art. 5º. O artigo 14 da Lei nº 9.289, de 04/07/96, que dispõe sobre as custas na Justiça Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. (...)”

II – aquele que recorrer da sentença pagará a outra metade das custas, nos termos do art. 511 do Código de Processo Civil; (...)”

Art. 6º. Não se aplicam as disposições do art. 4º desta lei às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.

Art. 7º. A presente lei entrará em vigor noventa (90) dias após a data de sua publicação.

Exposição de motivos

Artigo 1º do Anteprojeto. São as seguintes as alterações propostas ao Código de Processo Civil:

Arts. 173, 174, 178 e 179. A fim de facilitar o trabalho dos advogados, com evidente repercussão na eficiência do processo e sua capacidade de alcançar uma justa composição da lide, o Anteprojeto propõe seja reformulada a atual sistemática de **contagem dos prazos**.

De início, uma observação: os prazos constantes do CPC são prazos curtos, em termos de direito processual comparado, alguns deles demasiadamente exíguos. As delongas no procedimento não são, como bem o sabem todos os que militam no foro, devidas aos prazos: suas causas são outras, como por exemplo o reduzido número de juízes e a burocracia cartorária, a entravar o cumprimento dos despachos e provimentos judiciais.

1) A proposta maior é a de desconsiderar o princípio da **continuidade dos prazos**, atualmente prestigiado no art. 178 do CPC. Propõe-se, ao contrário, que os prazos contados por dias (e são a maioria deles) não tenham curso nos feriados e naqueles dias em que não houver expediente forense.

Em suma: os prazos correrão apenas nos dias úteis. Evitar-se-á, assim, que um prazo de cinco dias fique, tantas vezes, reduzido a três, e até a apenas dois dias processualmente utilizáveis, como acontece quando a intimação ocorre em quinta-feira.

De outra parte, desaparecerão as renitentes dúvidas sobre a contagem dos prazos nos feriados sucessivos, como no Carnaval e na Semana Santa, e nos “recessos” anteriores às férias forenses.

Como constou do ofício de 16/05/1997, subscrito pelo ilustre advogado CLÁUDIO ANTÔNIO MESQUITA PEREIRA, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo – Escola Paulista de Advocacia, “se alterado for o artigo 178, a classe dos advogados se sentirá, merecidamente, mais tranqüila durante o curso dos feriados alongados, ainda que criados por ficção legislativa estadual, como é o caso de período de 02 a 20 de janeiro assim considerado no Estado de São Paulo”.

A sistemática agora preconizada recebeu inclusive o veemente apoio do notável processualista EGAS MONIZ DE ARAGÃO, com remissão a normas dos códigos processuais do Chile, da Argentina (federal) e do México (**Comentários ao CPC**. 9ª ed., v. II, Forense, 1998, nº 103-A).

2) Dentro da mesma linha de pensamento, a superveniência de férias forenses passará a **interromper**, não mais a apenas **suspender** o curso dos prazos – art. 179. O retardamento “médio”, v.g., em caso de prazo para apelar, será de sete dias apenas, muitíssimo compensado pela circunstância de restarem eliminadas as freqüentes dificuldades no precisar o *dies a quo* da contagem na última quinzena de dezembro, plena de feriados, “pontos facultativos” e com “recessos” nos tribunais.

3) A redação dos arts. 173 e 174 é tornada mais precisa e concisa. De outra parte, a redação do art. 175 é alterada no sentido de incluir o sábado entre os dias feriados, como na prática forense já o é.

Art. 253. É alterado o *caput* do art. 253, a fim de que a distribuição seja feita por **dependência** não apenas nos casos de conexão ou continência com outro feito já ajuizado, como ainda nos casos de “ações repetitivas”, que versem idêntica questão de

direito. Evitar-se-ão, assim, as ofensas ao princípio do **juiz natural**, atualmente “facilitadas” nos foros das grandes cidades: o advogado, ao invés de propor a causa sob litisconsórcio ativo, prepara uma série de ações similares e as propõe simultaneamente, obtendo assim distribuição para diversas varas. A seguir, **desiste** das ações que tramitam nos juízos onde não obteve liminar, e para os autores dessas demandas postula litisconsórcio sucessivo, ou assistência litisconsorcial, no juízo onde a liminar haja sido deferida.

A alteração desse artigo do CPC foi inclusive sugerida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por ofício de seu Presidente, datado de 19/05/1994, ao Presidente do Conselho da Justiça Federal (of. 270/94 – PRESJ), com esse objetivo: obstar as “distribuições conduzidas”.

Art. 267, § 1º. A alteração objetiva facilitar o arquivamento definitivo, com a extinção sem julgamento de mérito, de processos paralisados em cartório abandono ou negligência das partes, evitando-se destarte a praxe de seu “arquivamento administrativo”.

Art. 273, § 2º e § 3º. A alteração ao parágrafo 2º busca excepcionar a regra que proíbe a antecipação da tutela quando possa conduzir à irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório (dos “efeitos do provimento antecipatório”, e não “do provimento antecipado”, como está na atual redação). Em certos casos, todavia, ocorre a “irreversibilidade recíproca”, ou seja, **anegativa de antecipação** é igualmente suscetível de ocasionar o irreversível perecimento do alegado direito do demandante, ou dano grave e irreversível às suas pretensões.

Quanto ao parágrafo 3º, a proposta compatibiliza a “efetivação” (não se cuida de “execução”, no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as técnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4º e 5º.

Art. 275. É fixada, em razão do valor, a

alçada de quarenta salários mínimos para as causas sob rito **sumário**, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito “sumaríssimo” perante os Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95, art. 3º, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, da alçada do rito “sumaríssimo” ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.

Art. 280. Primeira inovação. Serão defesos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda inovação. De forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denúnciação da lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos frequentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando-se à seguradora avançar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461, e com as modernas técnicas de adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não-fazer, aliás preconizadas, em recentíssimo estudo do prof. LUIZ GUILHERME MARINONI sobre a tutela inibitória.

Assim, é excluída a menção à “condenação”, que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas *lato sensu*; a expressão “prestar fato que não possa ser realizado por terceiro”, é resumida simplesmente para “prestar fato”, uma vez que também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão “constará da petição inicial a cominação”, é alterada para “poderá constar”, porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4º; por fim, é aditada ao artigo *in fine*,

a expressão “ou da decisão antecipatória da tutela”, considerando que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como aliás expressamente está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O artigo 331 do CPC, na redação dada pela Lei nº 8.952/94, introduziu como regra em nosso direito processual a **audiência preliminar**, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual) e na esteira, vale lembrar, da audiência preliminar do Direito alemão e do Direito austríaco; da audiência prévia das *summons directions* do Direito inglês; do pre-trial norte-americano, etc.

Substituiu-se a expressão “direitos disponíveis” pela expressão, bem mais abrangente, “direitos que admitam transação”. De outra parte, a expressão “audiência de conciliação” apresenta-se imprópria, porquanto cuida-se de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, à ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento: daí a nova denominação alvitrada – “Audiência preliminar de conciliação e saneamento”. Pelo mesmo motivo, o título da Seção passará a ser “Da audiência preliminar de conciliação e saneamento” (projeto, art. 2º).

Além disso, o projeto acrescenta ao art. 331 um parágrafo 3º, tornando explícito que, se o direito em lide não admitir transação, será dispensada a própria audiência preliminar, devendo então o juiz lançar nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada pelo eminente prof. BARBOSA MOREIRA).

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte. É cancelada a desnecessária menção ao comparecimento dos procuradores, que representam as partes

ao longo **detodo** o processo – art. 36 do CPC.

Arts 430 e 431. Os arts. 430 e 431 estão atualmente *in albis*, pois revogados pela Lei nº 8.455, de 24/8/92, que simplificou a produção da prova pericial.

Serão já agora aproveitados, buscando acudir fundados reclamos relativos à atividade dos assistentes técnicos, a fim de que melhor possam eles atender a seus encargos como “assessores” da parte que os tenha indicado. Daí a redação ora proposta para os aludidos artigos:

a) com a previsão de que deva ser dada ao assistente técnico **ciência da data e local** em que terá início a produção da prova pericial, melhor lhe permitindo o contato com tal prova (o doente a ser examinado; os livros contábeis a serem compulsados, etc.) bem como o informal relacionamento com o perito;

b) a fim de tornar claro que a parte pode indicar, se for necessário, **mais de um assistente técnico** (v.g., paciente a ser examinado por cardiologista e por nefrologista).

Art. 433, parágrafo único. Anteprojeto propõe, outrossim, alteração do parágrafo único do art. 433, a fim de que as partes venham a ser científicas da apresentação do laudo pelo perito do juízo, só então decorrendo o decêndio para oferecimento dos pareceres pelos respectivos assistentes técnicos.

Art. 459. Mantido o *caput*, em seus parágrafos o Anteprojeto dispõe mais detalhadamente sobre a proibição de, formulado pelo autor pedido líquido, proferir o magistrado sentença ilíquida.

Esta vedação sempre foi recomendada pela melhor doutrina, bastando mencionar, por todos, o saudoso ALCIDES DE MENDONÇA LIMA: “*em princípio, na verdade, tudo que pudesse ser provado no processo de conhecimento o juiz deveria ordenar que fosse feito, a fim de a sentença ser líquida e certa, evitando a liquidação, sempre complexa, onerosa e demorada, podendo durar mais do que a própria ação de onde provém*”

(**Comentários ao CPC.** 6ª ed., v. VI, Forense, 1990, nº 1.294).

Dúvidas têm surgido, no entanto, no relativo às conseqüências, no plano da validade da sentença, do descumprimento do preceito, máxime em considerando que, encerrada a instrução, muitas vezes o *an debeat* resultou comprovado, mas não o *quantum debeat* (ATOS GUSMÃO CARNEIRO. **Audiência de Instrução e Julgamento e Audiências Preliminares.** 8ª ed., Forense, 1998, nºs 196 e seguintes).

Buscando minimizar tais percalços, o Anteprojeto dispõe que, ocorrendo juízo de verossimilhança quanto ao crédito mas não comprovado seu respectivo valor, o juiz poderá conceder ao autor equitativa antecipação de tutela, determinando providências a fim de que seja apurado, desde logo e antes da sentença, o *quantum* devido. Se tais providências forem conclusivas, proferirá sentença de mérito com condenação em quantia líquida.

Todavia, se o resultado das diligências não foi conclusivo, o juiz ficará autorizado, excepcionalmente, decidir apenas sobre o *an debeat*, deixando a apuração do *quantum* para liquidação de sentença. Desta forma, restam conciliados o princípio doutrinário e as exigências de ordem prática.

Art. 475. Embora objeções de ordem doutrinária, ainda se apresenta muito conveniente manter, no sistema processual brasileiro, o **reexame necessário**, também impropiamente nominado de “recurso de ofício”, e isso tendo em vista melhor preservar os interesses do erário, tutelando patrimônio que é, em última análise, de todos os cidadãos.

Todavia, a bem da eficiência do processo, algumas alterações são alvitradas, a fim de:

a) **eliminar** sua incidência nas ações anulatórias de casamento, pois nelas o reexame necessário não mais apresenta qualquer sentido em sistema jurídico que passou a admitir o divórcio a vínculo;

b) **corrigir** erro de técnica, substituindo

a referência à “improcedência da execução” de dívida ativa da Fazenda, pela correta menção à “procedência dos embargos” opostos à execução da dívida ativa. Procedentes ou improcedentes são sempre os embargos do executado, não a execução propriamente dita, em a qual o contraditório apresenta-se mínimo;

c) **eliminar** o reexame nas causas de valor não excedente a quarenta salários mínimos, nas quais eventual defesa do erário não compensa a demora e a redobrada atividade procedimental que o reexame necessariamente impõe, sobrecarregando os tribunais. Os descalabros contra o erário acontecem, isto sim, nas demandas de grande valor;

d) também **não se justifica** o reexame quando a decisão impugnável estiver fundada em **súmula** ou **jurisprudência firme** do tribunal de destino ou de tribunal superior. Em tais casos, aliás, a própria Administração tem baixado instruções a seus procuradores, dispensando a interposição de apelação, providência esta todavia inoperante se for mantido o reexame de ofício.

Art. 489. O Anteprojeto propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 489, tornando explícita a possibilidade de o relator conceder, em casos excepcionais, medida cautelar ou antecipação de tutela nas ações rescisórias.

O magistério de GALENO LACERDA já acentuara, em 1980 e contrariamente à doutrina então prevalecente, a nenhuma razão para proscrever radicalmente a tutela cautelar nas rescisórias (**Comentários ao CPC**, v. VIII, t. I, Forense, nº 12).

Na atualidade, máxime após a instituição da tutela antecipada, doutrina e jurisprudência inclinam-se para uma exegese adequada da norma do art. 489, tendo inclusive em vista que a Medida Provisória nº 1.658-12, na linha de medidas provisórias anteriores, permite a concessão de provimento cautelar em favor da União e de entidades de direito público, a fim de suspender os efeitos da

sentença rescindenda; igualmente a Lei nº 8.212/91, art. 71, parágrafo único, com a redação da Lei nº 9.032/95, permite, em matéria previdenciária, seja suspensa a execução da decisão rescindenda em caso de fraude ou de erro material comprovados. O Pretório Excelso, na Pet. nº 1.347-SP, Rel. Min. NELSON JOBIM, j. 17/09/1997, referendou decisão do relator concessiva de medida cautelar incidental para suspender a exigibilidade de precatório referente à execução da sentença rescindenda.

Justo, pois, que a generalidade dos autores de demandas rescisórias possa, em se conjugando os pressupostos indispensáveis, lançar mão da providência excepcional de caráter cautelar ou antecipatório.

Arts. 497 e 520. Impõe-se a imediata reforma do artigo 520 do CPC, relativo aos efeitos do recurso de apelação, a fim de elidir grave descompasso: realmente, por força do novo instituto da “antecipação dos efeitos da tutela” (art. 273, com a redação dada pela Lei nº 8.952, de 13/12/94, o **juízo de verossimilhança**, sob cognição sumária, conduzirá à execução provisória do provimento antecipatório; no entanto, embora emitida com base em **juízo de certeza** e após cognição exauriente, a **sentença** de regra não conduz à execução provisória, ex vi do efeito suspensivo de que a apelação normalmente se reveste. Cumpre, pois, adotar com urgência medida legislativa que possa corrigir tão grave incoerência no sistema.

Por tais fundamentos, o projeto adota, em princípio, o **efeito apenas devolutivo** da apelação, ressalvados os casos previstos em lei. Ao juiz é dada a faculdade de, excepcionalmente, atribuir à apelação também o efeito suspensivo.

A proposta encontra precedentes na mais avançada doutrina e na legislação comparada, sensível às advertências de CAPPELLETTI: assim, após a reforma de 1990, o CPC italiano passou a dispor, em seu artigo 282: “*La sentenza di primo grado é provvisoriamente esecutiva tra le parti*”. Também o Código

Modelo de Processo Civil para Ibero-América consagrou a regra da imediata executoriedade da sentença apelada, mediante apresentação de caução (art. 230.1). No mesmo sentido o sistema espanhol, que admite, mediante caução, a execução provisória da sentença condenatória sujeita à apelação (art. 385 da LEC de Espanha, após a reforma trazida pela Lei de 06 de agosto de 1984).

O Projeto de Diretiva Européia da Comissão Storme preconiza, no artigo 12.1, que a sentença se torne executiva quinze dias após a intimação do devedor, podendo todavia o juiz, por motivos graves, suspender a execução, ordenando as medidas conservativas que reputar adequadas (*apud* ADA PELLEGRINI GRINOVER, em "Apreciação" sobre a preconizada reforma do CPC).

Em decorrência de todo o exposto, é igualmente sugerida nova redação para o art. 497 do CPC, explicitando que nenhum recurso implicará impedimento à execução provisória da sentença, ressalvada expressa disposição em contrário.

Art. 555. A redação sugerida para o *caput* do art. 555 explicita, em texto conciso, que o julgamento por três juízes se refere às apelações e aos agravos de instrumento. É excluída a menção ao revisor, função não existente nos recursos de agravo.

Já o parágrafo único é proposto a fim de permitir, em tais recursos, o uso da técnica consagrada no RISTJ, art. 14, item II e art. 12, parágrafo único, item II – remessa do recurso ao colegiado superior, buscando compor ou prevenir divergência entre Turmas ou Câmaras, em relevante questão de direito. Tal colegiado julgará plenamente o recurso, e a decisão, em consequência, irá implicar precedente jurisprudencial a ser tomado em conta pelo tribunal nos subsequentes julgamentos sobre a mesma matéria. Esta sistemática supera, com grande vantagem técnica e operacional, o instituto da uniformização de jurisprudência, de limitadíssima aceitação em nossa prática forense. Diga-se que também o RISTF prevê que,

nesses casos, a Turma transfira ao Plenário a competência para o julgamento do feito – art. 22, parágrafo único, alíneas **a** e **b**.

Nada mais adequado, destarte, que permitir também no âmbito dos Tribunais de segundo grau o uso dessa faculdade, com manifesto proveito ao superior interesse dos jurisdicionados na estabilidade jurídica que a jurisprudência uniformizada propicia.

Art. 588. Ainda em consequência da nova sistemática concernente aos efeitos dos recursos, à execução provisória será atribuída maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exequente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do egrégio Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados: na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória, é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no Direito português, que prevê a caução para o pagamento do exequente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 47.3). Outrossim o Direito italiano: a execução provisória atua *ope legis* (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (*apud* ADA GRINOVER).

Tendo em vista acautelar os direitos dos credores menos abonados, o projeto ora apresentado ressalva a possibilidade de execução provisória, independente de caução, quando for mister "*superar estado de necessidade causado por ato ilícito*", e também em casos outros em que ao juiz pareça justificável a dispensa.

Art. 526. Ao art. 526, relativo à comunicação do agravo de instrumento perante o juízo de primeiro grau, propõe-se acrescentar parágrafo único, a fim de dar solução às controvérsias surgidas sobre se tal providência, a cargo do agravante, é meramente **facultativa** ou se constitui, isto sim, **condição**

de **admissibilidade** do recurso.

Inclina-se o projeto pela segunda alternativa, com amparo em autorizada doutrina, porquanto inconcebível impusesse a lei ao recorrente um ônus, fixando-lhe prazo, sem nenhuma consequência processual para o descumprimento. Aliás, sem a comunicação prevista no art. 526, o agravado não terá imediato conhecimento dos termos do agravo, de molde a habilitá-lo a bem oferecer sua resposta (J. E. CARREIRA ALVIM. **Novo Agravo**. 2ª ed., Del Rey, 1996, pp. 106/110; ATHOS GUSMÃO CARNEIRO. **O Novo Recurso de Agravo**. 2ª ed., Forense, nº 46, pp. 44/45).

Neste sentido, diga-se, é o Enunciado nº 2 aprovado pelo Centro de Debates e Estudos do antigo Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, *verbis*: “*Não será conhecido o agravo quando desatendido o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil*”.

Art. 527. É proposta nova redação ao seu item II, a fim de explicitar que o relator poderá não apenas atribuir efeito suspensivo ao recurso de agravo (art. 588), como também, na linha de jurisprudência prevaiente, dar-lhe o “efeito ativo”, ou seja, antecipar, total ou parcialmente, a própria tutela pretendida no recurso.

Art. 528. Busca-se corrigir inconveniente já apontado pela doutrina, no alusivo ao *dies a quo* do prazo para o relator pedir data para o julgamento do agravo. Após cumpridas as diligências relativas ao contraditório recursal e à ouvida do Ministério Público, o relator desde logo pedirá dia.

Art. 530. No alusivo ao recurso de **embargos infringentes**, a Comissão de Reforma recebeu sugestões as mais díspares, inclusive no sentido de sua extinção. Embora sem paralelo no Direito comparado, cuida-se todavia de meio de impugnação amplamente acolhido na tradição brasileira, e com bons resultados no sentido do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Pareceu, no entanto, altamente conveniente reduzir tal recurso (que, ao final,

implica “reiteração” da apelação!) aos casos:

a) em que o acórdão não-unânime tenha **reformado** a sentença; volta-se, destarte, ao sistema previsto originalmente no Código processual de 1939; e, mais,

b) em que a divergência tenha surgido em matéria de **mérito**, não simplesmente em tema processual;

c) ou, por fim, aos casos em que a rescisória tenha sido julgada **procedente**.

Com tais limitações, adequadas a reduzir bastante o número de embargos, o recurso é mantido.

Art. 544. A proposta de reforma do atual art. 544 busca, de início, afeioar o texto da lei aos parâmetros recomendados (*rectius*, ordenados) pelos tribunais superiores em tema de agravo de instrumento decorrente da negativa de seguimento ao recurso extraordinário e ao recurso especial. Como novidade simplificadora e anti-formalista, a possibilidade de o próprio advogado declarar a autenticidade das cópias, “sob sua responsabilidade pessoal”, ou seja, responsabilidade civil, responsabilidade perante os órgãos disciplinares da própria OAB e eventual responsabilidade criminal.

Também inova ao dispensar, nestes agravos de instrumento, o pagamento ao erário de custas e despesas postais: são quantias simbólicas, de todo irrelevantes do ponto de vista orçamentário, mas que representam para o advogado, e para a parte, mais um ônus a ser diligenciado, sob a pena gravíssima da deserção. Aliás, o STJ, por disposição regimental, já não cobra custas; todavia, à falta de previsão em contrário, ainda se exige o pagamento das despesas postais, sob ameaça de deserção.

Art. 545. Cuida o art. 545 do agravo dito **regimental** (*rectius*, agravo **interno**), interponível de decisão denegatória de provimento a agravo de instrumento suscitado contra o indeferimento do recurso extraordinário ou de recurso especial.

O projeto introduz um parágrafo único, buscando desestimular os agravos internos

manifestamente protelatórios ou infundados, impondo em tais hipóteses a aplicação de uma multa processual, a exemplo do que já acontece nos casos de embargos de declaração protelatórios, a teor do art. 538, parágrafo único.

Note-se que a pleora de recursos, nos dias atuais, é fator real de emperramento da máquina judiciária, com manifesto prejuízo àquela parte cujo bom direito já foi proclamado.

Art. 557. Mais uma proposta no sentido da maior eficiência do processo: a possibilidade de **provimento** do recurso através de decisão monocrática do relator, quando a decisão recorrida estiver em manifesta divergência com a Súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior. Dispositivo análogo já consta do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 21, § 2º, na redação dada pela Emenda Regimental nº 2.

No § 2º é melhor regulamentado o procedimento a ser seguido no agravo “interno”, com a previsão de retratação pelo relator, dispondo outrossim o § 3º sobre a cominação de multa nos casos de agravos manifestamente inadmissíveis ou infundados.

Art. 584. A nova Lei da Arbitragem – Lei nº 9.037, de 23/09/96 – ao modificar o art. 584 do CPC, afastou a expressa previsão de que a transação ou conciliação possa versar também sobre “questão não posta em juízo”, em muito prejudicando, destarte, tão desejáveis formas de composição das lides.

A presente proposta, com melhor técnica processual, não só mantém os objetivos visados pela Lei da Arbitragem, como restaura a amplitude plena dos provimentos conciliatórios.

Art. 604. Em decorrência da Lei nº 8.898, de 29/06/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um “cálculo do contador”; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, “instruindo o pedido com a

memória discriminada e atualizada do cálculo”. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exequente – art. 614, II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). **Vantagens:** abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.

O presente projeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática todavia suscitou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a **requisição de dados** existentes em poder do devedor, ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará então o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra maior dificuldade na própria feitura da “memória de cálculo”, prevendo-se a intervenção do contador do juízo a fim de “auxiliar” o credor na confecção da memória a ser apresentada com a inicial do processo de execução. Assim nas hipóteses de cálculos de maior complexidade, ou quando o devedor seja a Fazenda Pública (casos, por exemplo, de crédito contra o INSS), ou quando o credor for beneficiário da assistência judiciária.

Claro está que o cálculo feito pelo contador equivalerá à “memória” prevista no caput e, portanto, não estará sujeito à homologação judicial. Evidente, ainda, que o juiz pode e deve, nos casos de cálculos absurdos – quer se apresentados diretamente pelo exequente como quando resultante de intervenção do contador do juízo, tomar as providências correcedoras, na via processual e na via censória, que lhe parecerem adequadas.

Feito cálculo pelo contador, ao credor surge a opção: a) aceita tal cálculo e com base no mesmo requer a execução por quantia certa; **ou** b) entende que seu crédito em realidade é em valor maior e requer liquidação

por **arbitramento**, possibilitando a prolação de **sentença** relativa ao *quantum*.

Art. 659. O atual art. 659, § 4º, resultante da Lei nº 8.953, de 13/12/94, e do mais alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita no entanto relevante dúvida: se o registro da penhora é **integrativo** do próprio ato complexo, então o prazo para embargos somente terá início após tal registro; se, todavia, é requisito de **eficácia**, para oponibilidade da penhora perante terceiros, então a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha, diga-se, da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida tal controvérsia, **adotando a segunda orientação**: a exigência do registro não impede a imediata intimação do executado, constituindo-se o registro em condição de eficácia plena da penhora perante os terceiros, cabendo ao exequente as devidas providências junto ao ofício imobiliário.

Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo em o qual é feita menção a "laudo arbitral pendente de homologação".

Artigo 2º do Anteprojeto. Visa melhor adequar o **título** da Seção III, do Cap. V, do Título VIII, do Livro I, ao novo conteúdo do art. 331 do CPC.

Artigo 3º do Anteprojeto. Impõe-se a alteração ao **art. 34 da Lei nº 6.830/80**, relativa às execuções fiscais, porquanto não mais existem as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. A fixação da alçada em 40 salários mínimos mostra-se adequada, inclusive tendo em vista a (proposta) adoção deste parâmetro para o rito sumário e para a (proposta) exclusão do reexame necessário.

Artigo 4º do Anteprojeto. A nova redação alvitrada para o **art. 3º da Lei dos Juizados Especiais** – Lei nº 9.099/95, elimina

ampla controvérsia surgida sobre **se opcional**, ou não, para o demandante a propositura de sua queixa perante o Juizado Especial Cível.

O problema, aliás, não se situa propriamente na questão da competência em razão do valor ou da matéria; põe-se, isto sim, na utilização de um ou outro tipo de processo civil pela pessoa que busca o acesso à Justiça. Quer do ponto de vista teórico, como do ponto de vista pragmático, a manutenção da "opção" (já existente na anterior Lei nº 7.244/84) flexibiliza o sistema, afasta dúvidas de competência, contribui para não "inflacionar" o Juizado Especial máxime em considerando as dificuldades surgidas nesta fase inicial de sua implantação em vários Estados.

Vale sublinhar que a **opção**, pelo autor, do tipo de processo que irá utilizar, encontra paralelos: assim, a parte que invoca direito líquido e certo pode valer-se do processo de mandado de segurança, ou entender que é melhor ajuizar ação sob rito comum; a parte que se considera credora e dispõe de título não-executivo, poderá usar do processo monitorio, ou valer-se do processo comum de cognição.

A tese da "competência relativa" é defendida por HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, **Curso de Direito Processual Civil**, 13ª ed., v. III, Forense, pp. 470 e 471; por JOEL DIAS FIGUEIRA JR., **Da Competência nos Juizados Especiais Cíveis**, RT, 1996, p. 28 e ss.; por J. E. CARREIRA ALVIM, **Procedimento Sumário na Reforma Processual**, Del Rey, 1996, p. 144 e ss.; por ARAKEN DE ASSIS, **Procedimento Sumário**, Malheiros ed., 1996, pp. 36/37; por NELSON NERY JR., **Atualidades sobre o Processo Civil**, 2ª ed., RT, pp. 80/81; por SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, **Código de Processo Civil Anotado**, 6ª ed., Saraiva, 1996, p. 200; por ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, **Do Rito Sumário na Reforma do CPC**, 2ª ed., Saraiva, nº 25, p. 41 e ss.; por CÂNDIDO DINAMARCO, para quem a obrigatoriedade "se choca com o sistema, com o espírito, com a história e com

a natureza do processo especialíssimo dos Juizados Especiais Cíveis" ("Os Juizados Especiais e os fantasmas que assombram...", art. in Caderno de Doutrina, da Associação Paulista de Magistrados, nº 1, etc.).

Diga-se, mais, que se o autor optar pelo rito comum, em nada será prejudicado o demandado, que inclusive irá dispor de cognição e de sistema recursal mais amplos.

O projeto afasta, outrossim, a "concorrência" entre o rito "sumaríssimo" e o rito comum sumário relativamente ao **elenco de causas** admissíveis perante os Juizados Especiais, especificando as demandas que, independentemente de valor, serão consideradas como de "menor complexidade" e, assim, incluídas na competência de tais

juizados. Também sob este ângulo o projeto irá superar controvérsias surgidas com edição da Lei nº 9.099/95.

Artigo 5º do Anteprojeto. O projeto, neste artigo, apenas adapta o pagamento das custas recursais, perante a Justiça Federal, ao sistema já adotado no art. 511 do CPC.

Artigo 6º do Anteprojeto. Regra de direito intertemporal, relativamente à competência dos Juizados Especiais.

Artigo 7º do Anteprojeto. Instituição de *legis* de sessenta dias.

Brasília, 15 de outubro de 1998.

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO – p/
Instituto Brasileiro de Direito Processual

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA –
p/ Escola Nacional de Magistratura